

**PADTEC HOLDING S.A.**

Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.365.069/0001-44

NIRE 3530055967-3 | Código CVM nº 01841-4

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2022**

- 1. LOCAL, DATA E HORA:** Realizada no dia 24 de novembro de 2022, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e do artigo 3º, §2º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81”), por meio da plataforma digital Zoom, sendo considerada como realizada na sede social da Padtec Holding S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1.000, Bairro Polo II de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, na forma do artigo 5º, §3º da RCVM 81.
- 2. CONVOCAÇÃO:** O edital de convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei das S.A., no Sistema Empresas.NET em 20 de outubro de 2022, conforme artigo 2º da Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022.
- 3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Presentes acionistas titulares de 61.159.367 (sessenta e um milhões cento e cinquenta e nove mil trezentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 77,96% do capital social total e com direito a voto da Companhia, conforme se verifica nos registros de presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia, a Assembleia Geral foi instalada.
- 4. PUBLICAÇÕES:** As informações e documentos previstos na RCVM 81 relacionados às matérias a serem deliberadas, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas foram disponibilizados aos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://www.padtec.com.br>), no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).
- 5. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Sebastião Sahão Junior, Membro do Conselho de Administração, que nomeou como Secretária a Sra. Patricia Sayuri Iqueda, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia.

## 6. ORDEM DO DIA:

(i) Aprovação dos termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da Chenonceau Participações S.A. pela Companhia (“Protocolo e Justificação - Chenonceau”), relativo à incorporação da subsidiária integral Chenonceau Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.416.613/0001-20 (“Chenonceau”) nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 (“Incorporação da Chenonceau”);

(ii) Aprovação dos termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação da Automatos Participações Ltda. pela Companhia (“Protocolo e Justificação - Automatos”), relativo à incorporação da subsidiária integral Automatos Participações Ltda. (“Automatos”), sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.177.147/0001-38, nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 (“Incorporação da Automatos”);

(iii) Ratificação da nomeação e contratação da Meden Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”) como empresa especializada responsável pela elaboração dos laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil da Chenonceau e da Automatos para fins do artigo 227, § 1º, da Lei nº 6.404/1976 (“Laudo Chenonceau” e “Laudo Automatos”);

(iv) Aprovação do Laudo Chenonceau;

(v) Aprovação do Laudo Automatos;

(vi) Aprovação da Incorporação da Chenonceau, nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 e de acordo com os termos e condições descritos no Protocolo e Justificação;

(vii) Aprovação da Incorporação da Automatos, nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 e de acordo com os termos e condições descritos no Protocolo e Justificação;

(viii) Aprovação da reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, contendo a exclusão de matérias de competência da assembleia geral, alteração no nome do Comitê de Auditoria, adaptação da redação do Estatuto Social à condição de companhia aderente ao segmento de negociação Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ocorrida em maio de 2021 e outras alterações para refletir ajustes em seu texto;

(ix) Aprovação da instrução de voto para a Assembleia Geral Extraordinária da Padtec S.A. no sentido de aprovar a alteração dos Artigos 2º (“Da Denominação, Sede, Duração e Objeto”), 12 e 13 (“Da Administração”) do Estatuto Social desta investida, a fim de corrigir o endereço de sua sede e alterar o mandato de sua diretoria de 1 (um) para 2 (dois) anos, para ficar igual ao mandato da diretoria de sua única acionista, Padtec Holding S.A., e possibilitar a atuação de um procurador único, desde que nomeado por 2 (dois) diretores;

(x) Aprovação, *ad referendum*, da instrução de voto para a Assembleia Geral Extraordinária da Padtec S.A. no sentido de aprovar a abertura de sociedade de responsabilidade limitada no

Peru, tendo a Padtec Colombia S.A.S. (subsidiária da Padtec S.A.) como sua sócia, de modo que a Padtec Perú S.A.C. esteja, em última instância, integralmente sob o controle da Companhia; e

(xi) Aprovação, *ad referendum*, da instrução de voto para a Assembleia Geral Extraordinária da Padtec S.A. no sentido de aprovar a abertura de sociedade limitada cujo objeto social é a locação de equipamentos, tendo a subsidiária Padtec S.A. como única sócia, de modo que Padtec Soluções para Redes Ltda. esteja, em última instância, integralmente sob o controle da Companhia.

**7. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia Geral e, após o exame e a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue:

- (i) Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, os termos e condições do Protocolo e Justificação – Chenonceau (**Anexo I** à presente ata), relativo à Incorporação da Chenonceau;
- (ii) Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, os termos e condições do Protocolo e Justificação – Automatos (**Anexo II** à presente ata), relativo à Incorporação da Automatos;
- (iii) Aprovada e ratificada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, nomeação e contratação da Meden Consultoria como empresa especializada responsável pela elaboração dos Laudo Chenonceau e Laudo Automatos;
- (iv) Aprovado, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, o Laudo Chenonceau (**Anexo III** à presente ata);
- (v) Aprovado, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, o Laudo Automatos (**Anexo IV** à presente ata);
- (vi) Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, a Incorporação da Chenonceau, nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 e de acordo com os termos e condições descritos no respectivo Protocolo e Justificação;

**(vii)** Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, a Incorporação da Automatos, nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 e de acordo com os termos e condições descritos no respectivo Protocolo e Justificação;

**(viii)** Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, contendo a exclusão de matérias de competência da assembleia geral (Artigo 11), alteração no nome do Comitê de Auditoria (Artigos 23, 24 e 25), adaptação da redação do Estatuto Social à condição de companhia aderente ao segmento de negociação Novo Mercado da B3 ocorrida em maio de 2021 (exclusão do Artigo 43), e outras alterações para refletir ajustes em seu texto (Artigos 22, 31 e 40). Assim, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo V** à presente ata;

**(ix)** Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, instrução de voto para a Assembleia Geral Extraordinária da Padtec S.A. no sentido de aprovar a alteração dos Artigos 2º (“Da Denominação, Sede, Duração e Objeto”), 12 e 13 (“Da Administração”) do Estatuto Social desta investida, a fim de corrigir o endereço de sua sede e alterar o mandato de sua diretoria de 1 (um) para 2 (dois) anos, para ficar igual ao mandato da diretoria de sua única acionista, Padtec Holding S.A., e possibilitar a atuação de um procurador único, desde que nomeado por 2 (dois) diretores. Assim, foi aprovada instrução de voto para aprovar a consolidação do Estatuto Social da investida, na forma do **Anexo VI** à presente ata;

**(x)** Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, instrução de voto para a Assembleia Geral Extraordinária da Padtec S.A. no sentido de aprovar a abertura de sociedade de responsabilidade limitada no Peru, tendo a Padtec Colombia S.A.S. (subsidiária da Padtec S.A.) como sua sócia; e

**(xi)** Aprovada, sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com 61.159.367 votos a favor, correspondentes a 77,96% do capital social votante da Companhia, nenhum voto contrário e/ou abstenções, instrução de voto para a Assembleia Geral Extraordinária da Padtec S.A. no sentido de aprovar a abertura de sociedade limitada cujo objeto social é a locação de equipamentos, tendo a subsidiária Padtec S.A. como única sócia.

**8. LAVRATURA DA ATA E PUBLICAÇÃO:** Por unanimidade dos acionistas presentes, foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia Geral na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizam os parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A.

9. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou a Assembleia Geral encerrada às 11:27 horas e suspendeu os trabalhos para a lavratura da ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 47 da RCVM 81, os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. **Campinas - SP, 24 de novembro de 2022.** Mesa: Sebastião Sahão Junior, Presidente; e Patricia Sayuri Iqueda, Secretária.

MESA:

---

**Sebastião Sahão Junior**

*Presidente*

---

**Patricia Sayuri Iqueda**

*Secretária*

**ANEXO I à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Padtec Holding S.A., realizada em 24/11/2022**  
**Protocolo e Justificação – Chenonceau**

## **PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA CHENONCEAU PARTICIPAÇÕES S.A. PELA PADTEC HOLDING S.A.**

Que entre si celebram:

**CHENONCEAU PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1.000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.416.613/0001-20, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Chenonceau” ou “Incorporada”); e

**PADTEC HOLDING S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1.000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.365.069/0001-44, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Padtec Holding” ou “Incorporadora”).

Padtec Holding e Chenonceau, quando referidas em conjunto, serão simplesmente denominadas “Partes” ou “Companhias”.

### **CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Padtec Holding é uma companhia aberta, com ações negociadas em bolsa de valores, cujo capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 199.211.288,23 (cento e noventa e nove milhões, duzentos e onze mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), dividido em 78.449.779 (setenta e oito milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, setecentas e setenta e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal;
- (ii) Chenonceau é uma companhia fechada, com capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 18.695.937,63 (dezoito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos), dividido em 19.084.000 (dezenove milhões e oitenta e quatro mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- (iii) Chenonceau é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas, entretanto atualmente não detém nenhum investimento;
- (iv) a Padtec Holding detém participação correspondente a 100,00% (cem por cento) do capital social votante e total da Chenonceau; e
- (v) a Padtec Holding tem interesse em simplificar sua estrutura societária e organizacional, a fim de reduzir os custos operacionais de suas atividades;

**RESOLVEM** as Partes celebrar, na forma dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), o presente Protocolo e Justificação de Incorporação da

Chenonceau pela Padtec Holding (“Protocolo e Justificação - Chenonceau”), o qual será submetido à aprovação de seus respectivos acionistas, em Assembleias Gerais Extraordinárias a serem oportunamente convocadas, nos seguintes termos:

## **1. JUSTIFICAÇÃO**

**1.1. Motivos ou Fins da Operação.** A Incorporação da Chenonceau trará consideráveis benefícios à Padtec Holding, de ordem administrativa, econômica e financeira, em especial, a racionalização e simplificação de sua estrutura societária e, conseqüentemente, a redução de gastos e combinação de despesas operacionais.

## **2. DESCRIÇÃO DA INCORPORAÇÃO PROPOSTA**

**2.1. Objeto.** A operação consiste na incorporação da Incorporada e da totalidade do acervo líquido correspondente ao seu patrimônio pela Incorporadora, com a conseqüente extinção da Incorporada (“Incorporação da Chenonceau”).

**2.2. Avaliação – Balanço Base.** O acervo líquido da Incorporada, avaliado para fins da sua incorporação com base no balanço especial levantado na data de 31 de julho de 2022 (“Data Base”), com base em seu valor contábil (**Anexo A**) (“Laudo Chenonceau”), é de R\$ 1.222.076,50 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos).

**2.2.1. Avaliadores.** O Laudo Chenonceau foi elaborado pela Meden Consultoria Empresarial Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.936.447/0001-23, com sede na Rua Primeiro de Março, nº 23, pavimento 2, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20010-904 (“Meden Consultoria”), devendo os acionistas da Incorporadora e da Incorporada ratificar sua contratação, além de deliberarem sobre sua aprovação.

**2.3. Laudos de Avaliação – Art. 264 da Lei das S.A.** É dispensada a elaboração dos laudos de avaliação com base no valor do patrimônio líquido das ações da Incorporadora e da Incorporada, prevista no artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que a Incorporadora detém 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Incorporada, nos termos da Deliberação nº 817 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) de 18 de abril de 2019.

**2.4. Capital Social da Incorporadora após a Incorporação.** A Incorporação da Chenonceau não acarretará qualquer alteração no capital social da Incorporadora, tendo em vista que a Chenonceau é subsidiária integral da Padtec Holding e seu patrimônio líquido já encontra-se refletido no balanço patrimonial da Incorporadora, não havendo: (a) relação de substituição de ações, emissão de ações da Padtec Holding, ou qualquer diluição dos seus acionistas; e (b) acionistas dissidentes com direito de recesso em virtude da Incorporação da Chenonceau.

**2.5. Variações Patrimoniais.** As eventuais variações patrimoniais da Incorporada ocorridas entre a Data Base e a data da aprovação da Incorporação da Chenonceau serão absorvidas pela Incorporadora.

- 2.6. Extinção das Ações da Incorporada. Todas as 19.084.000 (dezenove milhões e oitenta e quatro mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Incorporada serão extintas em decorrência da Incorporação da Chenonceau e o seu valor substituído nos livros contábeis da Incorporadora pelo próprio patrimônio da Incorporada, sem que ocorra qualquer alteração no valor pelo qual está contabilizado.
- 2.7. Sucessão. A Incorporadora sucederá a Incorporada em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.
- 2.8. Atos Societários da Incorporação. A Incorporação da Chenonceau deverá ser aprovada pelas Assembleias Gerais da Incorporada e da Incorporadora a serem oportunamente convocadas. Competirá à administração da Incorporadora a prática de todos os atos necessários à implementação da Incorporação da Chenonceau.

E, por estarem justas e contratadas, assinam este Protocolo e Justificação em duas vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.

Campinas, 04 de outubro de 2022.

DocuSigned by:  
  
 18A3C554D740414...

**PADTEC HOLDING S.A.**

Carlos Raimar Schoeninger

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

DocuSigned by:  
  
 9D9CFC93EF8D418...

**PADTEC HOLDING S.A.**

Patricia Sayuri Iqueda

Diretora

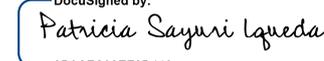
DocuSigned by:  
  
 88141DFBB1A64C4...

**CHENONCEAU**

**PARTICIPAÇÕES S.A.**

Argemiro Oliveira Sousa Filho

Diretor

DocuSigned by:  
  
 9D9CFC93EF8D418...

**CHENONCEAU**

**PARTICIPAÇÕES S.A.**

Patricia Sayuri Iqueda

Diretora

Testemunhas:

1.   
 9C88275E2924408...

Nome:

RG:

CPF/MF:

2.   
 08138C2DFBEE408...

Nome:

RG:

CPF/MF:

*CHENONCEAU PARTICIPAÇÕES S.A.*

*Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado  
por meio dos livros contábeis.*

Aos Acionistas e Administradores  
Chenonceau Participações S.A.  
Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia  
Campinas – SP

### **Dados da organização contábil**

1. Meden Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”), sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Primeiro de Março, nº 23, pavimento 22, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 27.936.447/0001-23, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ-008590/O-0, representada pelo seu Sócio infra-assinado, Sr. Fellipe Franco Rosman, contador, portador do RG n.º 20.258.186-4, inscrito no CPF sob o n.º 111.411.507-00 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ130003/O-8, residente e domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Chenonceau Participações S.A. (“Sociedade” ou “Chenonceau”), para proceder à avaliação do valor do seu patrimônio líquido contábil.

### **Objetivo da avaliação**

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de julho de 2022 da Sociedade tem por objetivo atestar os ativos e passivos da Sociedade, os quais serão incorporados na sua controladora Padtec Holding S.A. (“Padtec”), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 02.365.069/0001-44, estabelecida na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, Campinas, SP, de acordo com os arts. 226 e 227 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

### **Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis**

3. A administração da Sociedade é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no anexo II do laudo de avaliação.

### **Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador**

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Sociedade em 31 de julho de 2022, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos

de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Sociedade de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

5. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Sociedade para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

### Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.222.076,50 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de julho de 2022, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Sociedade, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2022.

Meden Consultoria Empresarial Ltda.  
CRC/RJ-008590/O-0

**FELLIPE  
FRANCO  
ROSMAN:11  
141150700** Assinado de forma  
digital por FELLIPE  
FRANCO  
ROSMAN:11141150  
700  
Dados: 2022.08.22  
19:09:24 -03'00'

Fellipe Franco Rosman  
Contador  
CRC/RJ-130003/O-8

Balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2022 da Chenonceau Participações S.A. para fins de atestar a operação de incorporação em Padtec.

CHENONCEAU	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Balanço Patrimonial ( R\$ )	SALDO EM 31/07/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>362.646,99</b>
Caixa e equivalentes de caixa	322.445,23
Impostos a recuperar	40.201,76
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>867.714,85</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>867.714,85</b>
Partes relacionadas	867.714,85
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.230.361,84</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.285,34</b>
Fornecedores	1.165,00
Obrigações tributárias	7.120,34
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.222.076,50</b>
Capital Social	18.695.937,63
Resultados Acumulados	(17.473.861,13)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.230.361,84</b>

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA SOCIEDADE

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

### a) Apresentação

A Sociedade tem sua sede na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, podendo abrir e fechar filiais, escritórios e agências em qualquer localidade, no País ou exterior, mediante autorização da Assembleia Geral.

A Sociedade por ações de capital fechado de propósito específico tem por objeto a seguinte atividade:

- Participações em outras sociedades, sejam elas civis ou comerciais;

### b) Demonstrações Contábeis

O balanço patrimonial levantado na data base foi elaborado a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### c) Principais Práticas Contábeis

#### i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

#### ii. Impostos a recuperar

Representado pela antecipação do IRPJ e Contribuição social, IRRF sobre aplicação, saldo negativo de IRPJ e PIS/COFINS a compensar.

#### iii. Partes relacionadas

Substancialmente representado por mútuos entre a Sociedade e Padtec Holding.

#### iv. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios,

*sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.*

*Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.*

**v. Obrigações Tributárias**

*Substancialmente representado por tributos a pagar e a recolher, além de provisionamentos para os mesmos. Compõem esta conta os seguintes tributos: IR/CSLL, ISS e CSRF.*

**d) Capital Social**

*O Capital Social é de R\$ 18.695.937,63 (dezoito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos) dividido em 19.084.000 (dezenove milhões e oitenta e quatro mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, sendo todas totalmente integralizadas.*

**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: C157D97D521D4EF4A4E95286952BE591

Status: Concluído

Assunto: Protocolo e Justificação de Incorporação Chenonceau Completo

Envelope fonte:

Documentar páginas: 9

Assinaturas: 6

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

PATRICIA SAYURI IQUEDA

R. DR. RICARDO BENETTON MARTINS S/N PQ II

DO POLO DE ALTA TECNOLOGIA

Campinas, SP 13086-510

patricia.iqueda@padtec.com.br

Endereço IP: 189.120.74.146

**Rastreamento de registros**

Status: Original

Portador: PATRICIA SAYURI IQUEDA

Local: DocuSign

04/10/2022 17:07:19

patricia.iqueda@padtec.com.br

**Eventos do signatário**

Argemiro Oliveira Sousa Filho

argemiro@padtec.com.br

Diretor de Negócios

Padtec SA

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Assinatura**

DocuSigned by:  
Argemiro Oliveira Sousa Filho  
68141DFBB1A64C4...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.194.76.61

**Registro de hora e data**

Enviado: 04/10/2022 17:13:20

Visualizado: 04/10/2022 22:05:51

Assinado: 04/10/2022 22:06:03

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Carlos Raimar Schoeninger

carlos.schoeninger@padtec.com.br

CEO

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
Carlos Raimar Schoeninger  
18A3C554D740414...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.92.217.110

Enviado: 04/10/2022 17:13:20

Visualizado: 05/10/2022 17:50:58

Assinado: 05/10/2022 17:51:09

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 05/10/2022 17:50:58

ID: ccf7b13-4546-49a4-8f23-388837001a09

Daniela Assis Tinoco

daniela.tinoco@padtec.com.br

RI

Padtec S.A.

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
DT  
9C80275E2924408...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 189.122.170.148

Enviado: 04/10/2022 17:13:21

Visualizado: 04/10/2022 18:07:52

Assinado: 04/10/2022 18:08:37

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Lais Micheletto

lais.micheletto@padtec.com.br

Padtec SA

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
Lais Micheletto  
0813BC2DFDDEE408...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 191.188.6.239

Enviado: 04/10/2022 17:13:21

Visualizado: 04/10/2022 19:44:44

Assinado: 04/10/2022 19:45:10

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Patricia Sayuri Iqueda patricia.iqueda@padtec.com.br Diretora Jurídica Padtec SA Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.120.74.146</p>	Enviado: 04/10/2022 17:13:21 Visualizado: 04/10/2022 17:13:31 Assinado: 04/10/2022 17:13:37

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
Não disponível através da DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	04/10/2022 17:13:21
Entrega certificada	Segurança verificada	04/10/2022 17:13:31
Assinatura concluída	Segurança verificada	04/10/2022 17:13:37
Concluído	Segurança verificada	05/10/2022 17:51:09
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, Padtec SA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact Padtec SA:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br)

### **To advise Padtec SA of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

### **To request paper copies from Padtec SA**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

### **To withdraw your consent with Padtec SA**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

### **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Padtec SA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Padtec SA during the course of your relationship with Padtec SA.

**ANEXO II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Padtec Holding S.A., realizada em 24/11/2022**

**Protocolo e Justificação – Automatos**

## **PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA AUTOMATOS PARTICIPAÇÕES LTDA. PELA PADTEC HOLDING S.A.**

Que entre si celebram:

**AUTOMATOS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Francisco Marengo, nº 1.933, Tatuapé, CEP 03313-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/MF”) sob o nº 06.177.147/0001-38, neste ato representada na forma do seu contrato social (“Automatos” ou “Incorporada”); e

**PADTEC HOLDING S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1.000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.365.069/0001-44, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Padtec Holding” ou “Incorporadora”).

Padtec Holding e Automatos, quando referidas em conjunto, serão simplesmente denominadas “Partes” ou “Companhias”.

### **CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Padtec Holding é uma companhia aberta, com ações negociadas em bolsa de valores, cujo capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 199.211.288,23 (cento e noventa e nove milhões, duzentos e onze mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), dividido em 78.449.779 (setenta e oito milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, setecentas e setenta e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal;
- (ii) Automatos é uma sociedade limitada, com capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ R\$ 15.966.453,00 (quinze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais) dividido em 15.966.453 (quinze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real);
- (iii) a Padtec Holding detém participação correspondente a 100,00% (cem por cento) do capital social total da Automatos; e
- (iv) a Padtec Holding tem interesse em simplificar sua estrutura societária e organizacional, a fim de reduzir os custos operacionais de suas atividades;

**RESOLVEM** as Partes celebrar, na forma dos artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), o presente Protocolo e Justificação de Incorporação da Automatos pela Padtec Holding (“Protocolo e Justificação - Automatos”), o qual será submetido à aprovação de seus respectivos quotistas e acionistas, em Reunião de Quotista e Assembleia Geral Extraordinária a serem oportunamente convocadas, nos seguintes termos:

## **1. JUSTIFICAÇÃO**

- 1.1. Motivos ou Fins da Operação.** A Incorporação da Automatos trará consideráveis benefícios à Padtec Holding, de ordem administrativa, econômica e financeira, em especial, a racionalização e simplificação de sua estrutura societária e, conseqüentemente, a redução de gastos e combinação de despesas operacionais.

## **2. DESCRIÇÃO DA INCORPORAÇÃO PROPOSTA**

- 2.1. Objeto.** A operação consiste na incorporação da Incorporada e da totalidade do acervo líquido correspondente ao seu patrimônio pela Incorporadora, com a conseqüente extinção da Incorporada (“Incorporação da Automatos”).

- 2.2. Avaliação – Balanço Base.** O acervo líquido da Incorporada, avaliado para fins da sua incorporação com base no balanço especial levantado na data de 31 de julho de 2022 (“Data Base”), com base em seu valor contábil (**Anexo B**) (“Laudo Automatos”), é negativo no montante de R\$ (3.576.352,55) (três milhões, quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos negativos).

- 2.2.1. Avaliadores.** O Laudo Automatos foi elaborado pela Meden Consultoria Empresarial Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.936.447/0001-23, com sede na Rua Primeiro de Março, nº 23, pavimento 2, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20010-904 (“Meden Consultoria”), devendo os acionistas da Incorporadora e da Incorporada ratificar sua contratação, além de deliberarem sobre sua aprovação.

- 2.3. Laudos de Avaliação – Art. 264 da Lei das S.A.** É dispensada a elaboração dos laudos de avaliação com base no valor do patrimônio líquido das ações da Incorporadora e da Incorporada, prevista no artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que a Incorporadora detém 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Incorporada, nos termos da Deliberação nº 817 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) de 18 de abril de 2019.

- 2.4. Capital Social da Incorporadora após a Incorporação.** A Incorporação da Automatos não acarretará qualquer alteração no capital social da Incorporadora, tendo em vista que a Automatos é subsidiária integral da Padtec Holding e seu patrimônio líquido já encontra-se refletido no balanço patrimonial da Incorporadora, estando representado pela provisão para passivo a descoberto no passivo da Incorporadora, não havendo: (a) relação de substituição de ações, emissão de ações da Padtec Holding, ou qualquer diluição dos seus acionistas; e (b) acionistas dissidentes com direito de recesso em virtude da Incorporação da Automatos.

- 2.5. Variações Patrimoniais.** As eventuais variações patrimoniais da Incorporada ocorridas entre a Data Base e a data da aprovação da Incorporação da Automatos serão absorvidas pela Incorporadora.

- 2.6. Extinção das Ações da Incorporada. Todas as 15.966.453 (quinze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) de emissão da Incorporada serão extintas em decorrência da Incorporação da Automatos e o seu valor substituído nos livros contábeis da Incorporadora pelo próprio patrimônio da Incorporada, sem que ocorra qualquer alteração no valor pelo qual está contabilizado.
- 2.7. Sucessão. A Incorporadora sucederá a Incorporada em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.
- 2.8. Atos Societários da Incorporação. A Incorporação da Automatos deverá ser aprovada em Reunião de Quotista da Incorporada e em Assembleia Geral da Incorporadora a serem oportunamente convocadas. Competirá à administração da Incorporadora a prática de todos os atos necessários à implementação da Incorporação da Automatos.

E, por estarem justas e contratadas, assinam este Protocolo e Justificação em duas vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.

Campinas, 04 de outubro de 2022.

DocuSigned by:  
*Carlos Raimar Schoeninger*  
18A3C554D740414...

**PADTEC HOLDING S.A.**

Carlos Raimar Schoeninger

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

DocuSigned by:  
*Patricia Sayuri Iqueda*  
9D9CF693EF8D418...

**PADTEC HOLDING S.A.**

Patricia Sayuri Iqueda

Diretora

DocuSigned by:  
*Carlos Raimar Schoeninger*  
18A3C554D740414...

**AUTOMATOS  
PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Carlos Raimar Schoeninger

Administrador

Testemunhas:

1. *Laís Michelletto*  
08138C2DFBEE498...

Nome:

RG:

CPF/MF:

2. *DT*  
9C80275E2924408...

Nome:

RG:

CPF/MF:

*AUTOMATOS PARTICIPAÇÕES LTDA.*

*Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado  
por meio dos livros contábeis.*

Aos Acionistas e Administradores  
Automatos Participações LTDA.  
Rua Francisco Marengo, nº 1.933, Tatuapé  
São Paulo – SP

### **Dados da organização contábil**

1. Meden Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”), sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Primeiro de Março, nº 23, pavimento 22, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 27.936.447/0001-23, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ-008590/O-0, representada pelo seu Sócio infra-assinado, Sr. Fellipe Franco Rosman, contador, portador do RG n.º 20.258.186-4, inscrito no CPF sob o n.º 111.411.507-00 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ130003/O-8, residente e domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Automatos Participações Ltda. (“Sociedade”), para proceder à avaliação do valor do seu patrimônio líquido contábil.

### **Objetivo da avaliação**

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de julho de 2022 da Sociedade tem por objetivo suportar a incorporação da Sociedade pela sua controladora Padtec Holding S.A. (“Padtec”), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 02.365.069/0001-44, estabelecida na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1.000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, Campinas, SP, de acordo com os arts. 226 e 227 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

### **Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis**

3. A administração da Sociedade é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no anexo II do laudo de avaliação.

### **Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador**

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Sociedade em 31 de julho de 2022, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim,

efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Sociedade de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

5. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Sociedade para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

### Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ (3.576.352,55) (três milhões, quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais negativos), conforme balanço patrimonial em 31 de julho de 2022, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Sociedade, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2022.

FELLIPE  
FRANCO  
ROSMAN:11  
141150700

Assinado de  
forma digital por  
FELLIPE FRANCO  
ROSMAN:1114115  
0700  
Dados: 2022.08.26  
18:01:56 -03'00'

Meden Consultoria Empresarial Ltda.  
CRC/RJ-008590/O-0

Fellipe Franco Rosman  
Contador  
CRC/RJ-130003/O-8

Balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2022 da Automatos Participações Ltda. para fins de suportar a operação de incorporação pela Padtec.

AUTOMATOS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Balanço Patrimonial ( R\$ )	SALDO EM 31/07/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>32.677,27</b>
Caixa e equivalentes de caixa	30.626,78
Impostos a recuperar	2.050,49
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>40.005,96</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>40.005,96</b>
Depósito Judicial	40.005,96
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>72.683,23</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>853.839,91</b>
Fornecedores	11.057,56
Obrigações fiscais	269,12
Obrigações fiscais - parcelamento	118.657,44
Provisões	723.855,79
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.795.195,87</b>
Partes relacionadas	576.585,38
Obrigações fiscais - parcelamento	59.747,95
Provisões	2.158.862,54
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(3.576.352,55)</b>
Capital Social	15.966.453,27
Lucros e prejuízos acumulados	(11.147.901,54)
Outros resultados abrangentes	(8.371.716,23)
Ajustes patrimoniais	(23.188,05)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>72.683,23</b>

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA SOCIEDADE

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

### a) Apresentação

A Sociedade tem sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Francisco Marengo, nº 1.933, Tatuapé, CEP 03313-001.

A Sociedade tem por objeto a seguinte atividade:

- Participações no capital social de outras sociedades.

### b) Demonstrações Contábeis

O balanço patrimonial levantado na data base foi elaborado a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### c) Principais Práticas Contábeis

#### i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

#### ii. Impostos a recuperar

Representado pela antecipação do IRPJ e Contribuição social, IRRF sobre aplicação, saldo negativo de IRPJ e PIS/COFINS a compensar.

#### iii. Depósitos Judiciais

Saldo representado por valores depositados em juízo oriundos de demandas judiciais da Sociedade.

#### iv. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

*Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.*

**v. Obrigações Fiscais**

*Substancialmente representado por tributos a pagar e a recolher, além de provisionamentos para eles. Compõem esta conta os seguintes tributos: IRRF, ISS e CSRF.*

**vi. Obrigações Fiscais – parcelamento**

*Substancialmente representado por parcelamentos de curto e longo prazo do tributo ISS.*

**vii. Partes relacionadas**

*Substancialmente representado por mútuos entre a Sociedade e Padtec Holding.*

**viii. Provisões**

*A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. São provisionados apenas os valores classificados como risco de perda provável*

**d) Capital Social**

*O Capital Social é de R\$ 15.966.453,00 (quinze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais) dividido em 15.966.453 (quinze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três) quotas com valor nominal de R\$ 1,00, sendo todas totalmente integralizadas e subscritas.*

**Certificado de Conclusão**

Identificação de envelope: 1BA4784C37AC4919B515BB5FFDF35819

Status: Concluído

Assunto: 2022.10.04 Protocolo e Justificação de Incorporação Automatos Completo

Envelope fonte:

Documentar páginas: 9

Assinaturas: 5

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

PATRICIA SAYURI IQUEDA

R. DR. RICARDO BENETTON MARTINS S/N PQ II

DO POLO DE ALTA TECNOLOGIA

Campinas, SP 13086-510

patricia.iqueda@padtec.com.br

Endereço IP: 189.120.74.146

**Rastreamento de registros**

Status: Original

Portador: PATRICIA SAYURI IQUEDA

Local: DocuSign

04/10/2022 17:00:58

patricia.iqueda@padtec.com.br

**Eventos do signatário**

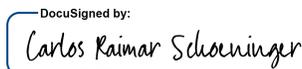
Carlos Raimar Schoeninger

carlos.schoeninger@padtec.com.br

CEO

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

**Assinatura**

DocuSigned by:  
  
 18A3C554D740414...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.92.217.110

**Registro de hora e data**

Enviado: 04/10/2022 17:07:09

Visualizado: 05/10/2022 17:36:12

Assinado: 05/10/2022 17:38:05

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 05/10/2022 17:36:12

ID: 9621def3-aa9e-4a20-b444-b4f42b18a0d2

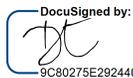
Daniela Assis Tinoco

daniela.tinoco@padtec.com.br

RI

Padtec S.A.

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
  
 9C80275E2924408...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 189.122.170.148

Enviado: 04/10/2022 17:07:10

Visualizado: 04/10/2022 18:06:44

Assinado: 04/10/2022 18:07:27

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Laís Micheletto

lais.micheletto@padtec.com.br

Padtec SA

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
  
 0813BC2DFDEE408...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 191.188.6.239

Enviado: 04/10/2022 17:07:09

Visualizado: 04/10/2022 19:43:04

Assinado: 04/10/2022 19:44:05

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Patrícia Sayuri Iqueda

patricia.iqueda@padtec.com.br

Diretora Jurídica

Padtec SA

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
  
 9D9CFC93EF8D418...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 189.120.74.146

Enviado: 04/10/2022 17:07:10

Visualizado: 04/10/2022 17:13:48

Assinado: 04/10/2022 17:13:54

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

**Eventos do signatário presencial****Assinatura****Registro de hora e data**

<b>Eventos de entrega do editor</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Evento de entrega do agente</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de entrega intermediários</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de entrega certificados</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de cópia</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos com testemunhas</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos do tabelião</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de resumo do envelope</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
Envelope enviado	Com hash/criptografado	04/10/2022 17:07:10
Entrega certificada	Segurança verificada	04/10/2022 17:13:48
Assinatura concluída	Segurança verificada	04/10/2022 17:13:54
Concluído	Segurança verificada	05/10/2022 17:38:05
<b>Eventos de pagamento</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico</b>		

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, Padtec SA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact Padtec SA:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br)

### **To advise Padtec SA of your new email address**

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br) and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

### **To request paper copies from Padtec SA**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br) and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

### **To withdraw your consent with Padtec SA**

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to [patricia.iqueda@padtec.com.br](mailto:patricia.iqueda@padtec.com.br) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

### **Required hardware and software**

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Padtec SA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Padtec SA during the course of your relationship with Padtec SA.

**ANEXO III à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Padtec Holding S.A., realizada em 24/11/2022**

**Laudo Chenonceau**

*CHENONCEAU PARTICIPAÇÕES S.A.*

*Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado  
por meio dos livros contábeis.*

Aos Acionistas e Administradores  
Chenonceau Participações S.A.  
Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia  
Campinas – SP

### **Dados da organização contábil**

1. Meden Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”), sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Primeiro de Março, nº 23, pavimento 22, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 27.936.447/0001-23, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ-008590/O-0, representada pelo seu Sócio infra-assinado, Sr. Fellipe Franco Rosman, contador, portador do RG n.º 20.258.186-4, inscrito no CPF sob o n.º 111.411.507-00 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ130003/O-8, residente e domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Chenonceau Participações S.A. (“Sociedade” ou “Chenonceau”), para proceder à avaliação do valor do seu patrimônio líquido contábil.

### **Objetivo da avaliação**

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de julho de 2022 da Sociedade tem por objetivo atestar os ativos e passivos da Sociedade, os quais serão incorporados na sua controladora Padtec Holding S.A. (“Padtec”), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 02.365.069/0001-44, estabelecida na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, Campinas, SP, de acordo com os arts. 226 e 227 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

### **Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis**

3. A administração da Sociedade é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no anexo II do laudo de avaliação.

### **Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador**

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Sociedade em 31 de julho de 2022, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos

de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Sociedade de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

5. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Sociedade para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

### Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.222.076,50 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de julho de 2022, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Sociedade, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2022.

Meden Consultoria Empresarial Ltda.  
CRC/RJ-008590/O-0

**FELLIPE  
FRANCO  
ROSMAN:11  
141150700** Assinado de forma  
digital por FELLIPE  
FRANCO  
ROSMAN:11141150  
700  
Dados: 2022.08.22  
19:09:24 -03'00'

Fellipe Franco Rosman  
Contador  
CRC/RJ-130003/O-8

Balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2022 da Chenonceau Participações S.A. para fins de atestar a operação de incorporação em Padtec.

CHENONCEAU	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Balanço Patrimonial ( R\$ )	SALDO EM 31/07/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>362.646,99</b>
Caixa e equivalentes de caixa	322.445,23
Impostos a recuperar	40.201,76
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>867.714,85</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>867.714,85</b>
Partes relacionadas	867.714,85
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.230.361,84</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.285,34</b>
Fornecedores	1.165,00
Obrigações tributárias	7.120,34
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.222.076,50</b>
Capital Social	18.695.937,63
Resultados Acumulados	(17.473.861,13)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.230.361,84</b>

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA SOCIEDADE

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

### a) Apresentação

A Sociedade tem sua sede na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, podendo abrir e fechar filiais, escritórios e agências em qualquer localidade, no País ou exterior, mediante autorização da Assembleia Geral.

A Sociedade por ações de capital fechado de propósito específico tem por objeto a seguinte atividade:

- Participações em outras sociedades, sejam elas civis ou comerciais;

### b) Demonstrações Contábeis

O balanço patrimonial levantado na data base foi elaborado a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### c) Principais Práticas Contábeis

#### i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

#### ii. Impostos a recuperar

Representado pela antecipação do IRPJ e Contribuição social, IRRF sobre aplicação, saldo negativo de IRPJ e PIS/COFINS a compensar.

#### iii. Partes relacionadas

Substancialmente representado por mútuos entre a Sociedade e Padtec Holding.

#### iv. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios,

*sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.*

*Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.*

**v. Obrigações Tributárias**

*Substancialmente representado por tributos a pagar e a recolher, além de provisionamentos para os mesmos. Compõem esta conta os seguintes tributos: IR/CSLL, ISS e CSRF.*

**d) Capital Social**

*O Capital Social é de R\$ 18.695.937,63 (dezoito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos) dividido em 19.084.000 (dezenove milhões e oitenta e quatro mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, sendo todas totalmente integralizadas.*

**ANEXO IV à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Padtec Holding S.A., realizada em 24/11/2022**

**Laudó Automatos**

*AUTOMATOS PARTICIPAÇÕES LTDA.*

*Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado  
por meio dos livros contábeis.*

Aos Acionistas e Administradores  
Automatos Participações LTDA.  
Rua Francisco Marengo, nº 1.933, Tatuapé  
São Paulo – SP

### **Dados da organização contábil**

1. Meden Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”), sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Primeiro de Março, nº 23, pavimento 22, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 27.936.447/0001-23, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ-008590/O-0, representada pelo seu Sócio infra-assinado, Sr. Fellipe Franco Rosman, contador, portador do RG n.º 20.258.186-4, inscrito no CPF sob o n.º 111.411.507-00 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o n.º CRC/RJ130003/O-8, residente e domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Automatos Participações Ltda. (“Sociedade”), para proceder à avaliação do valor do seu patrimônio líquido contábil.

### **Objetivo da avaliação**

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de julho de 2022 da Sociedade tem por objetivo suportar a incorporação da Sociedade pela sua controladora Padtec Holding S.A. (“Padtec”), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 02.365.069/0001-44, estabelecida na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, nº 1.000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, Campinas, SP, de acordo com os arts. 226 e 227 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

### **Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis**

3. A administração da Sociedade é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no anexo II do laudo de avaliação.

### **Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador**

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Sociedade em 31 de julho de 2022, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim,

efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Sociedade de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

5. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Sociedade para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

### Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ (3.576.352,55) (três milhões, quinhentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais negativos), conforme balanço patrimonial em 31 de julho de 2022, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Sociedade, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2022.

FELLIPE  
FRANCO  
ROSMAN:11  
141150700

Assinado de  
forma digital por  
FELLIPE FRANCO  
ROSMAN:1114115  
0700  
Dados: 2022.08.26  
18:01:56 -03'00'

Meden Consultoria Empresarial Ltda.  
CRC/RJ-008590/O-0

Fellipe Franco Rosman  
Contador  
CRC/RJ-130003/O-8

Balanco patrimonial levantado em 31 de julho de 2022 da Automatos Participações Ltda. para fins de suportar a operação de incorporação pela Padtec.

AUTOMATOS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Balanco Patrimonial ( R\$ )	SALDO EM 31/07/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>32.677,27</b>
Caixa e equivalentes de caixa	30.626,78
Impostos a recuperar	2.050,49
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>40.005,96</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>40.005,96</b>
Depósito Judicial	40.005,96
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>72.683,23</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>853.839,91</b>
Fornecedores	11.057,56
Obrigações fiscais	269,12
Obrigações fiscais - parcelamento	118.657,44
Provisões	723.855,79
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.795.195,87</b>
Partes relacionadas	576.585,38
Obrigações fiscais - parcelamento	59.747,95
Provisões	2.158.862,54
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(3.576.352,55)</b>
Capital Social	15.966.453,27
Lucros e prejuízos acumulados	(11.147.901,54)
Outros resultados abrangentes	(8.371.716,23)
Ajustes patrimoniais	(23.188,05)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>72.683,23</b>

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA SOCIEDADE

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

### a) Apresentação

A Sociedade tem sua sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Francisco Marengo, nº 1.933, Tatuapé, CEP 03313-001.

A Sociedade tem por objeto a seguinte atividade:

- Participações no capital social de outras sociedades.

### b) Demonstrações Contábeis

O balanço patrimonial levantado na data base foi elaborado a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### c) Principais Práticas Contábeis

#### i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

#### ii. Impostos a recuperar

Representado pela antecipação do IRPJ e Contribuição social, IRRF sobre aplicação, saldo negativo de IRPJ e PIS/COFINS a compensar.

#### iii. Depósitos Judiciais

Saldo representado por valores depositados em juízo oriundos de demandas judiciais da Sociedade.

#### iv. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

*Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.*

**v. Obrigações Fiscais**

*Substancialmente representado por tributos a pagar e a recolher, além de provisionamentos para eles. Compõem esta conta os seguintes tributos: IRRF, ISS e CSRF.*

**vi. Obrigações Fiscais – parcelamento**

*Substancialmente representado por parcelamentos de curto e longo prazo do tributo ISS.*

**vii. Partes relacionadas**

*Substancialmente representado por mútuos entre a Sociedade e Padtec Holding.*

**viii. Provisões**

*A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. São provisionados apenas os valores classificados como risco de perda provável*

**d) Capital Social**

*O Capital Social é de R\$ 15.966.453,00 (quinze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais) dividido em 15.966.453 (quinze milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três) quotas com valor nominal de R\$ 1,00, sendo todas totalmente integralizadas e subscritas.*

Consolidação do Estatuto Social da Padtec Holding S.A.

**ESTATUTO SOCIAL DA  
PADTEC HOLDING S.A.**

*Companhia de Capital Autorizado*

CNPJ/ME nº 02.365.069/0001-44

NIRE 3530055967-3

**CAPÍTULO I**

**Denominação, Objeto, Sede, Foro e Duração**

**Artigo 1º** A PADTEC HOLDING S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social (“Estatuto Social”) e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente).

**Artigo 2º** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, fundos de investimento, carteiras de valores mobiliários ou quaisquer outros veículos de investimento, no Brasil e no exterior (“Investidas”), que atuem, direta ou indiretamente, na área de tecnologia, assim entendidas as sociedades que explorem, direta ou indiretamente, serviços ou negócios, ou tenham participação em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, serviços ou negócios, ligados à rede mundial de computadores (“world wide web” ou “Internet”), ou realizados através da Internet, em especial na Padtec S.A., sociedade inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.549.807/0001-76 (“Padtec”).

**Parágrafo único:** A participação da Companhia nas Investidas dar-se-á na qualidade de acionista, sócia, quotista, consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei.

**Artigo 3º** A Companhia tem sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, nº 1.000, Bairro Polo II de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, e poderá criar ou extinguir filiais, sucursais, agências, representações, depósitos e escritórios em qualquer localidade do País ou no exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**Artigo 4º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**Artigo 5º** Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO II**

### **Capital Social e Ações**

**Artigo 6º** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 199.211.288,23 (cento e noventa e nove milhões, duzentos e onze mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), dividido em 78.449.779 (setenta e oito milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, setecentas e setenta e nove) ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

**Artigo 7º** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias adicionais, excluídas as ações já emitidas, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária.

**Parágrafo 1º:** Competirá ao conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração") deliberar sobre o preço de emissão das ações ordinárias, o prazo e as condições para sua integralização e, ainda, definir se a colocação das ações se fará mediante subscrição pública ou particular.

**Parágrafo 2º:** No caso de emissão de ações cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração da Companhia poderá realizar a emissão de ações com a exclusão do direito de preferência ou com redução do prazo de exercício, conforme faculta o artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 3º:** A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência aos antigos acionistas.

**Parágrafo 4º:** A Companhia poderá, ainda, emitir debêntures simples não conversíveis em ações, sem garantia real, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**Parágrafo 5º:** O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramento de ações.

**Artigo 8º** É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

## **CAPÍTULO III**

### **Assembleia Geral**

**Artigo 9º** A assembleia geral de acionistas é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para

deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberações dos acionistas (“Assembleia Geral”).

**Parágrafo 1º:** Quanto à convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral, aplicam-se as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação da CVM e demais prescrições legais pertinentes, bem como as disposições deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º:** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

**Parágrafo 3º:** A primeira convocação da Assembleia Geral dar-se-á sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da primeira publicação do anúncio de convocação, devendo tal anúncio enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio de convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral em segunda convocação.

**Parágrafo 4º:** Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pelo presidente e secretário da mesa de trabalhos, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

- (a) todos os acionistas deverão enviar, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, original ou cópia, que poderá ser transmitida, inclusive, por e-mail, extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela B3 ou pela instituição prestadora de serviços de escrituração de ações da Companhia, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até no máximo 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral;
- (b) os acionistas representados por procuradores deverão exhibir as procurações até o mesmo momento e pelos mesmos meios referidos no item anterior;
- (c) os originais dos documentos referidos nos itens anteriores, ou suas cópias, dispensados a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia Geral;
- (d) os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos cujo funcionamento seja aprovado pela CVM deverão apresentar à Companhia, no mesmo prazo e pelas mesmas formas previstos no item (a) acima, com entrega de cópias até o início dos trabalhos: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) cópias simples do ato societário do administrador pessoa jurídica que outorgue poderes ao

representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração que seja exibida no início dos trabalhos;

- (e) a Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações que lhe forem feitas. Com exceção da não apresentação da procuração, se for o caso, e do comprovante de custódia de ações, quando estas constem nos registros da Companhia como de titularidade da instituição custodiante das ações de emissão da Companhia, nenhuma irregularidade formal, como a apresentação de documentos por cópia, ou a falta de autenticação de cópias, será motivo para impedimento do voto do acionista cuja regularidade da documentação for colocada em dúvida ("Acionista Impugnado"), ainda que tal irregularidade formal diga respeito ao cumprimento de requisitos estabelecidos nos itens anteriores deste parágrafo; e
- (f) na hipótese do item anterior, os votos do Acionista Impugnado serão computados normalmente, cabendo à Companhia, no prazo de 5 (cinco) dias posteriores à Assembleia Geral, notificar o acionista impugnante para, através de elementos definitivos de prova posteriormente obtidos, demonstrar que (i) o Acionista Impugnado não estava corretamente representado na Assembleia Geral; ou (ii) o Acionista Impugnado não era titular, na data da Assembleia Geral, da quantidade de ações declarada. Nestas hipóteses, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos do Acionista Impugnado, que responderá pelas perdas e danos que seu ato tiver causado. A Companhia responderá, solidariamente com o presidente da mesa de trabalhos, pelas perdas e danos que causar ao Acionista Impugnado caso as provas obtidas não sejam suficientes para retirar o direito de voto do Acionista Impugnado e, ainda assim, a Companhia o faça.

**Parágrafo 5º:** Sem prejuízo do disposto no parágrafo 4º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos ali referidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

**Artigo 10** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro. O secretário da Mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia Geral.

**Artigo 11** Além de outras matérias previstas em lei e neste Estatuto Social, compete à Assembleia Geral deliberar a respeito das seguintes matérias:

- (i) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (iii) reforma do Estatuto Social da Companhia;
- (iv) participação da Companhia em grupos de sociedades;

- (v) liquidação, dissolução e atos voluntários de reorganização financeira da Companhia e cessação dos mesmos estados e atos;
- (vi) resgate ou amortização de ações;
- (vii) criação de planos para outorga de opção de compra de ações nos termos do parágrafo segundo do artigo 6º deste Estatuto Social;
- (viii) cancelamento ou conversão para categoria B do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM;
- (ix) transformação da Companhia, por maioria de votos, caso em que os acionistas dissidentes terão o direito de retirar-se da Companhia;
- (x) aumento ou redução do capital social da Companhia, exceto conforme disposto no artigo 7º deste Estatuto Social;
- (xi) dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (xii) operações de fusão, incorporação, cisão, transformação, aquisição de participações societárias ou quaisquer outras reorganizações societárias em que a Companhia seja parte;
- (xiii) alteração dos direitos econômicos conferidos às ações da Companhia;
- (xiv) aprovar a migração do Novo Mercado para qualquer outro segmento de listagem na B3 que acarrete redução do nível de governança corporativa da Companhia;
- (xv) aprovar a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para saída do Novo Mercado;
- (xvi) prestação de garantias por obrigações de terceiros pela Companhia, exceto em casos de garantia por obrigações de clientes em operações financeiras de financiamento de vendas ou quando representar, de forma cumulativa, valor menor ou igual a 20% (vinte por cento) do ativo total da Companhia;
- (xvii) alienação, cessão ou oneração de ativos relevantes da Companhia, assim entendidos como qualquer ativo, considerado de forma individual ou conjunta, que represente valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do ativo total da Companhia;
- (xviii) aprovação da manifestação de voto de representante da Companhia com relação a qualquer deliberação a respeito das matérias a seguir relacionadas em assembleias gerais de acionistas das Investidas:
  - (a) reforma do estatuto social de suas Investidas que impliquem: (i) aumento ou redução do capital social; (ii) alteração no objeto social; (iii) alteração das funções ou do número de membros do conselho de administração, da diretoria ou do conselho fiscal; (iv) alteração nas matérias de competência da assembleia geral ou nos prazos de antecedência de convocação; ou (v) alterações que possam suprimir ou restringir os direitos dos acionistas;

- (b) dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial das Investidas;
- (c) operações de fusão, incorporação, cisão, transformação, aquisição de participações societárias ou quaisquer outras reorganizações societárias, em que suas Investidas sejam parte;
- (d) alteração dos direitos econômicos e dos direitos de voto, conferidos às ações de suas Investidas;
- (e) prestação de garantias por obrigações de terceiros por suas Investidas, exceto em casos de clientes em operações financeiras de financiamento de vendas e/ou quando representar, de forma cumulativa, valor menor ou igual a 20% (vinte por cento) do ativo total das Investidas; e
- (f) alienação, cessão ou oneração de ativos relevantes das Investidas, assim entendidos como qualquer ativo, considerado de forma individual ou conjunta, que represente valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do ativo total da respectiva Investida.

**Parágrafo 1º:** Para fins deste Estatuto Social, o termo “Partes Relacionadas” se refere a qualquer pessoa (física, jurídica ou entidade não personificada) caso (i) não seja uma pessoa física: qualquer de suas Investidas e dos seus respectivos acionistas, membros do Conselho de Administração, diretores, administradores, cônjuges e parentes até o terceiro grau de tais acionistas, membros do Conselho de Administração, diretores e administradores, e outros representantes de tal pessoa e Investidas; e (ii) seja uma pessoa física: os cônjuges e todos os parentes até o terceiro grau, ou qualquer pessoa que seja controlada ou administrada por tal pessoa.

**Parágrafo 2º:** A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal ou estatutária.

**Artigo 12** A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado. Para fins deste artigo 12, o termo “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

**CAPÍTULO IV**  
**Administração**

*Seção I*  
*Disposições Gerais*

**Artigo 13** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, em observância e de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e por este Estatuto Social.

**Parágrafo 1º:** A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), quando instalado, nos seus respectivos cargos, faz-se mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, que deve contemplar, inclusive, sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 38 deste Estatuto Social, bem como sua adesão às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários e de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

**Parágrafo 2º:** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo 3º:** Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos eleitos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**Parágrafo 4º:** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Artigo 14** Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, e observadas as regras de convocação aplicáveis, as reuniões de qualquer dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus respectivos membros, e, em segunda convocação, com qualquer número.

**Parágrafo Único.** É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração. São considerados presentes os membros que manifestem seu voto: (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; (ii) por voto escrito antecipado; ou (iii) por voto escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autoria do documento.

**Artigo 15** As deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, caso aplicável, e excluídos os votos daqueles impedidos de votar por conflito de interesses.

**Parágrafo Único.** Caso o Conselho de Administração ou a Diretoria esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação pela maioria dos presentes em determinada reunião, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Diretor Presidente, conforme o caso, o voto de qualidade.

Seção II  
Conselho de Administração

**Artigo 16** O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e demais disposições legais aplicáveis (“Conselheiros”), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º:** No mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador (“Conselheiros Independentes”).

**Parágrafo 2º:** Quando, em decorrência da observância do percentual mencionado no parágrafo 1º deste artigo 16, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao seu arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 3º:** O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que exercer função político-partidária e, salvo dispensa pela Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou de suas Investidas; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia ou com suas Investidas, não podendo exercer o direito de voto caso se configurem, supervenientemente à sua eleição, os mesmos fatores de impedimento.

**Parágrafo 4º:** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá instituir comitês técnicos e consultivos com objetivos definidos, sendo compostos por Conselheiros e/ou especialistas nos respectivos temas de cada comitê, que deverão ter seus próprios regimentos.

**Artigo 17** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, eleito pela maioria de votos dos Conselheiros na primeira reunião do Conselho de Administração do mandato para o qual foram eleitos, e que exercerá as atribuições previstas neste Estatuto Social.

**Parágrafo Único.** Em caso de ausência ou impedimento, definitivo ou temporário, do Presidente do Conselho de Administração, as funções pertinentes ao cargo de Presidente serão

exercidas por outro membro escolhido pelo voto da maioria dos demais Conselheiros.

**Artigo 18** Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração elegerá tantos Conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que os conselheiros eleitos nos termos deste artigo terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

**Artigo 19** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, convocado pelo Presidente do Conselho ou, na omissão deste, por qualquer dos seus membros.

**Parágrafo 1º:** As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, devendo dessa constar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia e remetidos todo e qualquer material necessário para que os Conselheiros possam avaliar e deliberar as matérias objeto da ordem do dia.

**Parágrafo 2º:** A convocação para as reuniões do Conselho de Administração será dispensada sempre que estiverem presentes àquela reunião todos os membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º:** A participação do Conselheiro nas reuniões do Conselho de Administração poderá se dar remotamente, via conferência telefônica, videoconferência ou outro meio de comunicação simultânea que permita a identificação do Conselheiro em questão, a comunicação simultânea entre todos os demais presentes na reunião e a autenticidade do voto do Conselheiro. Neste caso, a ata será transmitida por meio eletrônico que assegure a autenticidade da transmissão ao Conselheiro que tenha participado à distância, a qual deverá ser por ele rubricada, assinada ou autenticada e retransmitida à Companhia, pelo mesmo modo. O Conselheiro poderá, ainda, enviar seu voto por escrito.

**Parágrafo 4º:** A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir ou designar Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e dada publicidade conforme os termos dispostos em lei, adotando-se idêntico procedimento para as atas que contenham deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros e, ainda, para aquelas que o Conselho de Administração julgue conveniente.

**Artigo 20** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

**Artigo 21** Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração.

**Artigo 22** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, neste Estatuto Social, em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e no seu Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração:

- (i) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia e das Investidas, e definir seus esquemas organizacionais;
- (ii) aprovar o plano de negócios e o orçamento, anual e plurianual, da Companhia, assim como quaisquer alterações subsequentes;
- (iii) aprovar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e notas promissórias para subscrição pública, nos termos da Instrução CVM 566, de 31 de julho de 2015;
- (iv) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (v) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício;
- (vi) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (vii) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar atos, livros, documentos e contratos da Companhia;
- (viii) autorizar prestação de garantias por obrigações de terceiros pela Companhia em casos que não excedam, de forma cumulativa, o valor de 20% (vinte por cento) do ativo total da Companhia;
- (ix) escolher e destituir auditores independentes;
- (x) autorizar a recompra de ações de emissão da Companhia, a qual somente poderá se dar com a finalidade de cancelamento das ações adquiridas, ou para manutenção em tesouraria com a finalidade de satisfazer os planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia;
- (xi) elaborar proposta de remuneração anual global dos Administradores para deliberação em Assembleia Geral e fixar a remuneração individual para os Conselheiros e Diretores, observados os limites globais aprovados pela Assembleia Geral;
- (xii) manifestar-se favorável ou contrariamente, por meio de parecer prévio, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, a ser divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida OPA, que deverá abordar, no mínimo, (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no

mercado; e (iv) outros temas que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM e pela B3;

- (xiii) deliberar sobre o aumento do capital social até o limite previsto neste Estatuto Social, fixando as condições de emissão e de colocação das ações;
- (xiv) deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia ou suas Investidas com terceiros, observado o disposto no item (xvi)(r) abaixo, inclusive operações de *leasing*, arrendamento mercantil, operações de alienação e aquisição de outros ativos não compreendidos no item (xvi) abaixo, que elevem os compromissos da Companhia ou da Investida acima de 5% (cinco por cento) do respectivo patrimônio líquido constante do último balanço anual aprovado;
- (xv) deliberar sobre a celebração de contratos de mútuo pela Companhia com empresas de que a Companhia ou os seus acionistas controladores participem direta ou indiretamente do capital social, observado o objeto social da Companhia e a vedação legal à prática de atos de liberalidade;
- (xvi) ressalvada a competência da Assembleia Geral da Companhia, deliberar sobre a orientação do voto a ser proferido pela Companhia nas Assembleias Gerais das Investidas em cuja pauta conste:
  - (a) quaisquer aquisições ou desinvestimentos que tenham valor superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas, exceto aquisições de insumos necessários a fornecimentos contratados e aquisições já aprovadas em plano de negócios;
  - (b) qualquer alienação ou transferência de ativos com valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ou a constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre ativos;
  - (c) a celebração de quaisquer empréstimos ou outras formas de adiantamento de recursos de valor agregado, na qualidade de tomadora, para um período de 12 (doze) meses, em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
  - (d) a escolha e destituição dos auditores independentes, se aplicável;
  - (e) a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de sede, filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no País ou no exterior;
  - (f) aprovação de plano de oferta que outorgue opção de compra ou de subscrição de ações por administradores e empregados;
  - (g) a autorização de concessão de empréstimos, na qualidade de credora, em favor de controladas, nas situações em que o saldo devedor da

controlada atinja valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

- (h) a autorização de concessão de empréstimos na qualidade de credora, em favor de terceiros;
  - (i) a propositura de ações judiciais ou administrativas que envolvam valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou que possam ter impacto negativo nos negócios da Investida ou em seu relacionamento com clientes e/ou autoridades governamentais. Não se enquadrarão nas hipóteses previstas nessa alínea as medidas de urgência decorrentes de procedimentos licitatórios de que participem;
  - (j) a aprovação de remuneração da administração;
  - (k) a celebração de negócios jurídicos com Partes Relacionadas;
  - (l) a prestação de garantias por obrigações de terceiros em casos de garantia por obrigações de clientes da Investida em operações financeiras de financiamento de vendas, ou em casos que não excedam, de forma cumulativa, o valor de 20% (vinte por cento) do ativo total da Investida;
  - (m) a aprovação de constituição, em benefício da própria Investida, de ônus reais e concessão de fianças ou avais, exceto a concessão dessas garantias quando forem necessárias à manutenção do giro normal das atividades mercantis;
  - (n) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a terceiro, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, excetuando-se qualquer licenciamento oneroso no curso ordinário dos negócios;
  - (o) a contratação de operações de endividamento que impliquem inobservância de parâmetros de endividamentos das Investidas;
  - (p) a aprovação do plano de negócios e o orçamento, anual e plurianual das Investidas, assim como quaisquer alterações subsequentes;
  - (q) aprovação do “Plano de Tecnologia” da Investida, assim entendido como documento que estabelece as principais linhas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento que visam assegurar a competitividade e a rentabilidade futura do negócio da Investida;
  - (r) a aprovação da celebração de todas as contratações que a Investida, na posição de parte contratada, pretenda assumir com terceiros, que impliquem valor maior que 30% (trinta por cento) da receita líquida total da Investida no exercício anterior;
- (xvii) a celebração de compromissos de investimento de recursos financeiros, de

forma direta ou indireta, em fundos de investimento e/ou sociedades de investimento, cuja administração e/ou gestão seja atribuída a sociedades em que a Companhia participe direta ou indiretamente;

- (xviii) alteração do endereço completo da sede da Companhia; e
- (xix) criar e extinguir comitês para seu assessoramento e melhor desempenho de suas funções, com objetivos e funções definidos conforme respectivos regimentos internos.

### Seção III

#### Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos

**Artigo 23** O Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

**Parágrafo 1º:** O mesmo membro do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

**Parágrafo 2º:** Na primeira reunião após a eleição dos membros pelo Conselho de Administração, o Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos deverá indicar um de seus membros para ocupar o cargo de coordenador, cujas atividades estão definidas em seu regimento interno.

**Artigo 24** Compete ao Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, entre outras matérias previstas no seu regimento interno:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos

internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

**Artigo 25** Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei das Sociedades Anônimas, o Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos conservará suas atribuições, respeitadas as competências outorgadas por lei ao Conselho Fiscal.

#### Seção IV

#### Diretoria

**Artigo 26** A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, todos residentes no País, os quais serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 13 deste Estatuto Social, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores não terão designação específica (“Diretoria”). Os demais diretores sem designação específica deverão ter o título de diretor acrescido do nome da área de atuação designada.

**Parágrafo 1º:** Compete ao Diretor Presidente: (i) a coordenação de todas as atividades da Companhia, (ii) a supervisão das atividades dos demais Diretores, (iii) presidir as reuniões da Diretoria, com voto de qualidade em caso de empate, além de (iv) representar a Companhia ativa e passivamente em juízo e fora dele.

**Parágrafo 2º:** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

**Parágrafo 3º:** Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) a administração financeira e os investimentos da Companhia; (ii) a administração das áreas de controladoria, tesouraria e contabilidade; (iii) o planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades relacionadas às áreas administrativas da Companhia, incluindo recursos humanos.

**Parágrafo 4º:** Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto no *caput* deste artigo 26.

**Parágrafo 5º:** Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração manter o cargo vago, atribuindo a outro Diretor as funções do Diretor cujo cargo vagou, ou designar substituto, cujo mandato expirará juntamente com o dos demais Diretores.

**Parágrafo 6º:** Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação do Diretor Presidente.

**Artigo 27** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete à Diretoria desempenhar as funções previstas neste Estatuto Social e, em especial, as abaixo relacionadas:

- (i) cumprir as manifestações do Conselho de Administração que forem validamente deliberadas;
- (ii) elaborar, anualmente, o relatório de administração e as demonstrações financeiras do exercício e periodicamente outras informações exigidas por normas da CVM, bem como os balancetes mensais;
- (iii) preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização da Companhia;
- (iv) submeter ao Conselho de Administração os orçamentos da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que se refiram;
- (v) criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração pessoal de empregados da Companhia;
- (vi) respeitada a competência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, transigir, renunciar, desistir, firmar acordos, compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações financeiras, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, e conceder garantias, subscrevendo os respectivos termos e contratos;
- (vii) ressalvada a competência da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, aprovar a manifestação de voto de representante da Companhia em Assembleias Gerais das Investidas;
- (viii) aprovar e modificar organogramas e regimentos internos, quando de sua competência e observada a competência e diretrizes estipuladas pelo Conselho de Administração;
- (ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; e
- (x) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais.

**Artigo 28** Os atos que representem aquisição e alienação de bens imóveis ou participações societárias da Companhia, bem como a concessão de avais, fianças ou outras garantias, serão praticados, (a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores ou, (b) conjuntamente, por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador nomeado em mandato com poderes para praticar o ato específico.

**Parágrafo 1º:** Observado o disposto no *caput*, todos os outros documentos que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, inclusive a emissão, o aceite ou o endosso de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e títulos equivalentes, a abertura, a movimentação ou extinção de contas de depósito bancário deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia, ser assinados: (a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, ou (c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, observando-se quanto à nomeação de procuradores o disposto no parágrafo seguinte.

**Parágrafo 2º:** As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (a) ser assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção de obrigações; (c) vedar o substabelecimento; e (d) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste parágrafo e a restrição quanto ao substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos.

**Parágrafo 3º:** É vedado aos Diretores e aos procuradores obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

**Parágrafo 4º:** A Companhia será representada por qualquer Diretor, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo 28, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais. Nos casos permitidos em lei, a Companhia será representada por prepostos nomeados, caso por caso, por escrito.

**Artigo 29** A remuneração dos Diretores será fixada individual e anualmente pelo Conselho de Administração, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral também fixará, quando for o caso, o montante e o percentual da participação da Diretoria no lucro da Companhia, observado o limite disposto no artigo 152, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único.** O empregado eleito pelo Conselho de Administração para o cargo de Diretor, enquanto no exercício do cargo, terá seu contrato de trabalho suspenso.

## **CAPÍTULO V**

### **Conselho Fiscal**

**Artigo 30** O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observados os requisitos legais.

**Parágrafo 1º:** O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

**Parágrafo 2º:** A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado, que deverá contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória prevista neste Estatuto Social.

**Artigo 31** As reuniões do Conselho Fiscal somente se instalarão se presente a maioria dos membros. O Conselho Fiscal deliberará pela maioria de seus membros.

**Parágrafo 1º:** O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente ou quando convocado por qualquer membro do Conselho Fiscal. A convocação de suas reuniões se fará por escrito, com antecedência de 5 (cinco) dias da reunião, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, na omissão desse, por qualquer outro membro do Conselho Fiscal.

**Parágrafo 2º:** Na primeira reunião do Conselho Fiscal que se realizar após a eleição de seus membros, os Conselheiros efetivos elegerão, por maioria de votos, o respectivo Presidente, em votação aberta.

**Parágrafo 3º:** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

**Parágrafo 4º:** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Parágrafo 5º:** Qualquer Conselheiro Fiscal, isoladamente, poderá requerer e obter da Companhia ou de seus auditores independentes quaisquer informações que julgue necessárias ao desempenho de suas funções, caso as solicite ao Presidente do Conselho Fiscal, e este se omita na sua obtenção.

**Parágrafo 6º:** Das reuniões do Conselho Fiscal lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

**Parágrafo 7º:** Às reuniões do Conselho Fiscal aplicar-se-á o disposto no artigo 19, parágrafo 3º, deste Estatuto Social.

**Parágrafo 8º:** Independentemente das formalidades de convocação para as reuniões do Conselho Fiscal previstas neste artigo, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecerem todos os membros.

## **CAPÍTULO VI**

### **Exercício Social e Distribuição de Lucros**

**Artigo 32** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.

**Artigo 33** Ao término de cada exercício social, a Diretoria irá elaborar as demonstrações financeiras exigidas em lei e o Conselho de Administração apresentará a proposta de destinação

integral do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e na seguinte ordem:

- (i) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social;
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iii) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação contida nos itens (a) e (b) anteriores, será destinado à criação de uma reserva estatutária de investimento, a qual não deverá exceder 80% (oitenta por cento) do capital social. A reserva estatutária de investimento terá por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia. Depois que o limite da reserva de lucros for alcançado, o saldo deverá ser distribuído aos acionistas como um dividendo adicional.

**Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras da Companhia indicarão a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.

**Artigo 34** Os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da respectiva deliberação em Assembleia Geral.

**Artigo 35** O valor dos juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, nos termos da Lei n° 9.249/95 e regulamentações posteriores, poderá ser imputado ao valor dos dividendos, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

**Artigo 36** A Companhia elaborará demonstrações financeiras na forma e nos prazos determinados pela CVM, podendo, ainda, elaborá-las em períodos menores por deliberação do Conselho de Administração, e declarar, também por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras, observadas as limitações previstas em lei.

**Parágrafo 1º:** O Conselho de Administração poderá, a seu critério, cumprir a obrigação de distribuição do dividendo obrigatório computando-se os dividendos que forem declarados na forma do *caput* deste artigo.

**Parágrafo 2º:** Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

## **CAPÍTULO VII**

### **Liquidação**

**Artigo 37** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante, fixando-lhe a remuneração e, se pedido por acionistas, promoverá a eleição de novos membros do Conselho Fiscal, cujo mandato coincidirá com o período da liquidação.

**Parágrafo Único.** Quando deliberada, a liquidação da Companhia se fará de maneira a não gerar a desvalorização dos ativos, que serão alienados de maneira ordenada, quanto ao modo e ao prazo de sua liquidação.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Arbitragem**

**Artigo 38** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO IX**

### **Alienação de Controle**

**Artigo 39** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Parágrafo 1º:** Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

**Parágrafo 2º:** Para os fins deste artigo 39, entende-se por “Controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento

dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

**Artigo 40** Qualquer Acionista Adquirente (conforme definição no parágrafo 9º deste artigo) que adquira ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, por meio de uma ou mais operações, deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição, realizar ou solicitar o registro de uma OPA para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM e da B3 e os termos deste artigo 40.

**Parágrafo 1º:** O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA (“Preço da OPA”) deverá ser o preço justo, entendido como sendo ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado de valores mobiliários ou com base em outro critério aceito pela CVM.

**Parágrafo 2º:** A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos: (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA; (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta; e (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 3º:** Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

**Parágrafo 4º:** O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM ou da B3 relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º:** Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM ou da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 6º:** As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes deste artigo.

**Parágrafo 7º:** O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência da subscrição de ações da Companhia realizada em emissão primária que tenha sido aprovada em Assembleia Geral.

**Parágrafo 8º:** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

**Parágrafo 9º:** “Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas (conforme definição no parágrafo 10 abaixo).

**Parágrafo 10:** “Grupo de Acionistas” significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum; ou (d) que atuem representando um interesse comum.

## **CAPÍTULO X** **Disposições Finais**

**Artigo 41** Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que disciplinem a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra ou o exercício do direito de voto e do poder de controle serão sempre observados pela Companhia.

**Parágrafo 1º:** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia, mantidos pelo agente escriturador das ações emitidas pela Companhia. Os Administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral não poderá computar o voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tais acordos.

**Parágrafo 2º:** Em caso de divergência entre as disposições deste Estatuto Social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as disposições destes deverão prevalecer.

**Artigo 42** Este Estatuto Social deverá ser interpretado de boa-fé, devendo prevalecer, em caso de dúvida, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento do Novo Mercado,

conforme o caso. Os acionistas e a Companhia deverão atuar, em suas relações, guardando a mais estrita boa-fé, subjetiva e objetiva.

**Parágrafo 1º:** Inclui-se nas regras de boa-fé a abstenção do exercício do voto, em qualquer situação prevista neste Estatuto Social ou na legislação aplicável, em caso de conflito de interesses entre o acionista e a Companhia.

**Parágrafo 2º:** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

**PADTEC S/A**  
**Sociedade Anônima de Capital Fechado**

**ESTATUTO SOCIAL**

***CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO***

**Art. 1º** - Sob a denominação de Padtec S.A (“Padtec” ou “Companhia”), opera a sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

**Art. 2º** - A Companhia tem sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1000 – Parque II do Polo de Alta Tecnologia, CEP 13.086-510, podendo, por deliberação da Assembleia Geral abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Art. 3º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**Art. 4º** - A Companhia tem por objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de materiais, componentes, produtos eletrônicos de comunicações, de informática e de sistemas de *software* bem como a prestação de serviços de engenharia, consultoria, desenvolvimento, treinamento, integração, locação, operação e manutenção de infraestrutura, equipamentos, materiais, redes e sistemas, e outros serviços relacionados.

**Parágrafo único** - Para a consecução do seu objeto social, a Companhia poderá participar do capital de outras sociedades.

***CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES***

**Art. 5º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 230.003.219,15 (duzentos e trinta milhões, três mil, duzentos e dezenove reais, e quinze centavos), representado por 13.085.308 (treze milhões, oitenta e cinco mil, trezentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Art. 6º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### ***CAPÍTULO III - DIREITO DE PREFERÊNCIA***

**Art. 7.º** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição de ações emitidas por ocasião de aumento de capital, observados os termos da Lei 6.404/76 e de eventuais acordos de acionistas celebrados entre os acionistas da Companhia e arquivados na sua sede, conforme aplicáveis.

### ***CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLEIA GERAL***

**Art. 8.º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano e extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir.

**Parágrafo primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei e os trabalhos serão dirigidos por presidente e secretário, indicados pelos acionistas presentes.

**Parágrafo Segundo** - A convocação da Assembleia Geral será feita pelo Diretor-Presidente, através de anúncio de convocação, nos termos dispostos em lei e neste Estatuto Social.

**Art. 9.º** - Todas as matérias de competência da Assembleia Geral serão deliberadas por maioria dos acionistas presentes, ressalvadas as matérias com quórum especial previsto em lei.

**Art. 10** - Caberá ao presidente da Mesa de Trabalhos da Assembleia Geral zelar e fazer cumprir integralmente as obrigações assumidas pelos acionistas da Companhia neste Estatuto Social e em acordos de acionistas arquivados em sua sede e que contenham disposições referentes ao exercício do direito de voto, caso haja. O presidente da Mesa de Trabalhos deve declarar a ineficácia dos votos dados em desconformidade com este Estatuto Social ou com acordos de acionistas vigentes e arquivados na sede da Companhia.

**Art. 11** - Além de outras matérias previstas em lei e neste Estatuto Social, são de competência da Assembleia Geral as seguintes matérias:

- a) quaisquer aquisições ou desinvestimentos materiais que tenham valor superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas, exceto aquisições de insumos necessários a fornecimentos contratados e aquisições já aprovadas no Plano de Negócios;
- b) qualquer alienação ou transferência de ativos da Padtec de valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou a constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre ativos da Padtec;

- c) a celebração de quaisquer empréstimos ou outras formas de adiantamento de recursos de valor agregado, na qualidade de tomadora, para um período de 12 (doze) meses, superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- d) a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Padtec no País ou no exterior;
- e) a aprovação do voto da Padtec em qualquer deliberação societária relativa às controladas, coligadas, e afiliada da Padtec;
- f) a aprovação de plano de oferta que outorgue opção de compra ou de subscrição de Ações a administradores e empregados da Padtec;
- g) a autorização de concessão de empréstimos, na qualidade de credora, em favor de controladas, nas situações em que o saldo devedor da controlada atinja valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- h) a autorização de concessão de empréstimos, na qualidade de credora, em favor de terceiros;
- i) a propositura de ações judiciais ou administrativas que envolvam valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou que possam ter impacto negativo nos negócios da Padtec ou em seu relacionamento com clientes e/ou autoridades governamentais. Não se enquadrarão nas hipóteses previstas nessa alínea, as medidas de urgência decorrentes de procedimentos licitatórios de que participe a Padtec;
- j) a celebração de qualquer negócio jurídico com Partes Relacionadas;
- k) a prestação de garantias por obrigações de terceiros;
- l) a aprovação de constituição, em benefício da própria Companhia, de ônus reais e concessão de fianças ou avais, exceto a concessão dessas garantias quando forem necessárias à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Padtec;
- m) a deliberação sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a terceiro, de direitos de propriedade intelectual ou industrial da Padtec e/ou de suas controladas, excetuando-se qualquer licenciamento oneroso realizado pela Padtec no curso ordinários dos negócios;
- n) a contratação de operações de endividamento da Padtec e/ou suas controladas que impliquem em inobservância dos Parâmetros de Endividamento, assim entendido como o valor apurado trimestralmente, sendo equivalente a 2,5 (duas vezes e meia) a Razão Dívida Líquida sobre LAJIDA, ou seja, o valor total da dívida líquida, computado em moeda local brasileira, dividido pelo valor total de LAJIDA, computado em moeda local brasileira, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Padtec;
- o) a aprovação da celebração de todas as contratações que a Companhia ou suas controladas, na posição de parte contratada, pretenda assumir com terceiros, que impliquem valor maior que 30% (trinta por cento) da receita líquida total da Companhia no exercício anterior;

- p) a aprovação do Plano Anual de Negócio e Orçamento Anual, para o exercício social subsequente, elaborado pela Diretoria da Padtec;
- q) a aprovação de reforma deste Estatuto Social da Companhia; e
- r) a celebração de todos os contratos e obrigações que a Companhia pretenda assumir com terceiros, inclusive operações de leasing, arrendamento mercantil, operações de alienação e aquisição de outros ativos não compreendidos nos itens “a” e “b” acima, que elevem os compromissos da Companhia acima de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço anual aprovado;

**Parágrafo único:** Para fins deste Estatuto Social, o termo “Partes Relacionadas” significa, com relação a qualquer Pessoa (qualquer pessoa física, jurídica ou entidade não personificada) que (i) não seja uma pessoa física: qualquer de suas controladas e dos seus respectivos acionistas, membros do conselho de administração, diretores, administradores, cônjuges e parentes até o terceiro grau de tais acionistas, membros do conselho de administração, diretores e administradores, e outros representantes de tal Pessoa e controladas; e (ii) seja uma pessoa física: os cônjuges e todos os parentes até o terceiro grau, ou qualquer Pessoa que seja controlada ou administrada por tal Pessoa.

#### ***CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO***

**Art. 12** - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Diretoria será composta por um Diretor Presidente e por um Diretor Financeiro. Os demais Diretores terão o título de diretor acrescido do nome da área de atuação designada.

**Parágrafo único:** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, caberá aos Diretores, sempre em conjunto de 2 (dois), de acordo com a legislação aplicável e as regras relativas à validade de atos, previstas neste Estatuto Social.

**Art. 13** – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos necessários ou convenientes para esse fim. Para a prática de seus atos, deverá:

- a) Agir em observância da lei, deste Estatuto Social e das deliberações das Assembleias Gerais;
- b) administrar e gerir seus negócios sociais;

- c) elaborar o Plano Anual de Negócio e Orçamento Anual, para o exercício social subsequente, submetendo à apreciação da Assembleia Geral, até o mês de novembro do exercício social em curso; e
- d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários ao seu funcionamento.

**Parágrafo primeiro** - Os atos praticados pela Companhia só terão validade se firmados por 2 (dois) Diretores ou procurador(es) nomeado(s) em mandato com poderes específicos.

**Parágrafo segundo** – A constituição de procuradores será feita mediante assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano.

**Parágrafo terceiro** – A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

**Parágrafo quarto** – Das Reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, assinadas pelos presentes e, quando contiver deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, será arquivada na Junta Comercial.

**Art. 14** – A Diretoria deverá exercer a gestão empresarial guiada pelas seguintes diretrizes e normas relativas à sua administração:

- a) manter contratado serviço de auditoria externa, a cargo de empresa de auditoria ou de auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- b) requerer e manter sob a titularidade da Companhia todos os registros e pedidos de registros, no Brasil e no exterior, de patentes, modelos de utilidade, marcas, desenhos industriais, *softwares* e demais direitos de propriedade intelectual referentes a processos e produtos da Companhia;
- c) proteger os segredos de indústria da própria Companhia e de suas controladas, tomando providências legais com o objetivo de impedir que quaisquer de seus empregados e Diretores obtenham, diretamente ou através de terceiros, registro de patentes de processos inovadores desenvolvidos pela Companhia ou suas controladas ou das marcas dos seus respectivos produtos;
- d) na hipótese de ocorrer, em função do Plano de Negócios, redução significativa do quadro de pessoal da Companhia ou das suas controladas, oferecer programa de treinamento voltado

para as oportunidades de trabalho na região onde a Companhia está localizada e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras companhias, após ter submetido à Assembleia Geral, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competentes(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;

- e) adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, à segurança e à saúde dos empregados que possam vir a ser causados em decorrência das atividades exercidas pela Companhia ou por suas controladas;
- f) manter em situação regular as obrigações da Companhia e das suas controladas junto aos órgãos fiscalizadores do meio ambiente;
- g) observar o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- h) elaborar as demonstrações econômicas e financeiras obedecendo aos princípios fundamentais da contabilidade, observando os preceitos da Lei das S.A., de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB) e obedecendo aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## ***CAPÍTULO IX - EXERCÍCIO SOCIAL***

**Art. 15** - O exercício social coincidirá com o ano civil.

**Art. 16** – Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecidos os dispositivos legais.

**Parágrafo único** – Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório equivalente a parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício.

**Art. 17** - Ao final de cada exercício, a Diretoria irá elaborar, com base na escrituração contábil da Companhia, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, cabendo à Assembleia Geral decidir sobre a distribuição de dividendos antecipados.

**Parágrafo Único:** As demonstrações contábeis serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## ***CAPÍTULO X - DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO***

**Art. 18** - A dissolução e a liquidação com consequente extinção da Companhia serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor.

**Art. 19** - Compete à Assembleia Geral, a escolha e nomeação do liquidante.

**Art. 20** – A Assembleia Geral que determinar a dissolução da Companhia escolherá os membros do Conselho Fiscal que acompanharão a liquidação.

**Art. 21** – Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei.

**Art. 22** – A Companhia respeitará, observará e cumprirá todos os termos dos acordos de acionistas que forem devidamente arquivados em sua sede e devidamente registrados em seus livros.

## ***CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS***

**Art. 23** - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias e a existência destes títulos em circulação.

**Art. 24** - Deverão ser disponibilizados aos acionistas, sempre que solicitado, na sede da Companhia, contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.